
	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA () PMTM (X) SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO		RÚBRICA:

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Contratação de serviço de hospedagem em hotel, pousada ou espaço de festas especializado em serviço de Day Use com classificação mínima de três estrelas nos casos de Hotel e Pousada, incluindo refeições atividades recreativas (piscina e brinquedos) durante o período de estadia para atender aos usuários inscritos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e cadastrados no Programa SISC, com frequência de participação no grupo da melhor idade em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

2. Especificação do produto/quantitativos:					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATSERV	MARCA DE REFERÊNCIA
01	Serviço de hospedagem TIPO DAY USE – Contendo o fornecimento de refeições (Café da manhã, almoço, lanche e picolé) acompanhada com espaço (Estilo Resort, Hotel ou Pousada) que contenha piscina e atividades para recreação (estilo Day Use)	Serviço	80		
	Quantidade estimada: 80				

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como objetivo promover a integração, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e o desenvolvimento de habilidades sociais e culturais dos alunos atendidos, por meio de diversas atividades educativas e recreativas. Uma dessas atividades, planejada para o presente ano, consiste em proporcionar aos alunos um dia de convivência e lazer, promovendo o bem-estar e a socialização. O local escolhido deve ser adequado para atender aos alunos, proporcionando acesso a espaços de convivência, lazer e alimentação, bem como garantir a segurança e o conforto de todos. A contratação de um hotel, pousada ou espaço de festa para a realização de day use é a solução mais adequada para atender às necessidades do SCFV, proporcionando aos alunos um momento de lazer, convivência e aprendizado em um ambiente seguro, estruturado e propício para a realização de atividades diversas. Esse investimento é fundamental para o cumprimento dos objetivos do serviço, oferecendo aos alunos uma experiência significativa de fortalecimento de vínculos e desenvolvimento pessoal.

3.2. Interesse público: Oferecer aos usuários do grupo da melhor idade novas oportunidades de lazer, conhecimento, cultura, diversão e de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para o planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida dos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

3.3. Metodologia do quantitativo: Levantamento realizado pela Secretaria, de acordo com a participação de cadastrados no ano de 2024.

3.4. Justificativa do Quantitativo solicitado: Informações baseadas no cadastro dos participantes a serem atendidos.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE
(art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

4.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): **06 (seis) meses, a partir da assinatura contratual.**



4.2. Prorrogação do Contrato: Não haverá prorrogação contratual.

4.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): Não haverá previsão de reajuste.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/2021:
Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a MENOR COMPLEXIDADE do objeto e o valor estimado enseja a prescindibilidade de estudo técnico preliminar.
Contudo, mesmo com a ausência do ETP, fazem-se necessárias informações mínimas para contratação e cumprimentos dos dispositivos legais constantes no art. 72, da Lei nº 14.133, de 2021, capazes de maximizar o interesse público e a devida segurança jurídica, os quais veremos a seguir neste Termo de Referência.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA () PMTM (X) SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO		RÚBRICA:



<p>6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)</p> <p>6.1. A solução escolhida para a contratação do serviço de DAY USE para atender aos usuários do SCFV visa garantir que a administração pública atinja os objetivos estabelecidos de forma eficiente, dentro dos padrões legais e orçamentários. Para isso, é importante considerar todos os elementos do ciclo de vida do serviço de day use, desde o planejamento da contratação até a execução e avaliação do serviço. A seguir, descrevo a solução escolhida e os elementos que garantirão o sucesso da contratação: Especificação dos Requisitos: O local deve ter:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de qualidade (salão de eventos, áreas de lazer, restaurante, piscina, estacionamento, entre outros); • Segurança (câmeras, seguranças, controle de acesso); • Capacitação da equipe de apoio para atividades educativas e recreativas; • Estrutura para alimentação (serviço de buffet ou lanche); • Acessibilidade para pessoas com deficiência, se necessário. <p>6.2. A contratada deverá fornecer garantia imediata no serviço prestado, a contar da data de recebimento definitivo do objeto.</p> <p>6.3. As despesas da execução da garantia de serviços aqui citada deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.</p> <p>6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.</p>
--

<p>7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)</p> <p>7.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021): Não será exigido.</p> <p>7.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Apresentação de documentos, conforme solicitado posteriormente pelo Agente de Contratação.</p> <p>7.3. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.</p> <p>7.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.</p>
--

<p>8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)</p> <p>8.1. A prestação do serviço será de forma imediata, contados do recebimento do Empenho pela empresa selecionada e com datas e horários posteriormente a serem definidos e comunicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com antecedência de 03 (três) dias.</p> <p>8.2. O serviço deverá ser realizado no próprio hotel, restaurante ou salão de eventos. No caso de hotéis Day Use, o serviço pode ser prestado em áreas comuns, com data reservada de acordo com a disponibilidade do hotel e do grupo melhor idade.</p> <p>8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.</p> <p>8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.</p> <p>8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos de forma imediata, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).</p> <p>8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).</p>
--

<p>8.1. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL</p> <p>8.1.1. Em razão da previsão de estimativa financeira de pequeno valor, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.</p>
--



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA			
() PMTM (X) SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

9. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e/ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2.2. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, de forma imediata, o objeto em desconformidade;

9.1.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.2.4. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.2.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.2.6. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

9.1.2.7. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.2.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.2.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.2.10. Manter, durante a vigência do contrato, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.1.2.11. Orientar seus funcionários a serviço deste contrato para que conduzam os trabalhos de acordo com as normas técnicas adequadas, em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

9.1.2.12. Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual;

9.1.2.13. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização desta Administração;

9.1.2.14. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização desta Administração;

9.2 OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

9.2.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às suas dependências, relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;

9.2.2 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos, não previsto no presente edital, e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para Administração ou modificação das obrigações;

9.2.3 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste termo;

9.2.4 Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.



NÚCLEO DE PREPARAÇÃO

Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA () PMTM (X) SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO		RÚBRICA:

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

10.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos a partir de sua assinatura do instrumento contratual, obedecendo aos critérios estabelecidos nesse termo de referência.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

10.4. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso): Fiscal do futuro contrato: Vanda Schuchmann/ Mat: 4655 e Gestor do futuro Contrato: Vanda Schuchmann/ Mat: 4655.

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

11.3. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos e direcionados ao Fundo Municipal de Assistência Social - CNPJ nº 14.661.702/0001-20, endereço Rua Dr. José de Moraes, s/nº – Centro – Trajano de Moraes/RJ.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

13.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços está fundamentada nos pressupostos do art. 75, II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

14.1. Consórcios

a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.

b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o TCE-RJ por todos os atos praticados pelo consórcio;

c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

14.2. Cooperativas

a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.



15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.



NÚCLEO DE PREPARAÇÃO

Praça Waldemar Magalhães, s/nº – Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA			
() PMTM (X) SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)
 16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 3.000,00 (trinta mil reais)**.
(ARQUIVO 03 - ESTIMATIVA DE PREÇOS PRÉ APURADA PELO NÚCLEO DE COMPRAS EM ANEXO).

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)				
17.1. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é (são):				
SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
Secretaria Municipal de Assistência Social	19010824400402074	33903900	16610000	47

18. DISPOSIÇÕES GERAIS
 18.1. O presente termo foi concebido com base na Lei nº 14.133/21, e demais legislações pertinentes.

19. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA
 19.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:
 Anexo I - Planilha de Preços Pesquisados
 Anexo II - Memória de Cálculo.

Trajano de Moraes, 03 de abril de 2025. Marcelo Dias Pinheiro Mat: 4428 Renato Martins Bueno Mat: 4412	De acordo com Termo de Referência. Giovanna Lima Secretária Municipal de Assistência Social Rogéria Rosa da Silva Matrícula: 13702
--	--

